

Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI N.º 004/2015 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FORMALIZAR CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL, DETERMINANDO SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

BENHUR FRANCISCO VANZ – Prefeito Municipal de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar em caráter emergencial e por tempo determinado – **Professores** e **Psicopedagogo**, em conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e de acordo com o disposto nos art.s 229 a 233 e seus incisos, da Lei Municipal n.º 1601/2002, de 30.07.2002, que dispõe sobre o REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, da Lei Municipal n.º 1576/2002, de 10.04.2002, que ESTABELECEU O PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO e pela Lei Municipal n.º 1123/95, de 04.04.1995, que estabeleceu o QUADRO E CARGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, de acordo com o quadro abaixo:

CARGO	TITULAÇÃO/ESCOLARIDAD E	VAGAS	VENCIMENTO MENSAL		CARGA HORÁRIA SEMANAL
Professor de Português	Licenciatura Plena	01		1.065,95	22 h
Professor Ciências	Licenciatura Plena	01	R\$	1.065,95	22 h
Psicopedagogo	Licenciatura Plena	01		1.120,05	20 h

Art. 2º. As contratações previstas nesta lei terão vigência para o ano letivo de 2015 em relação aos professores e pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato, para o caso do cargo de Psicopedagoga.

Parágrafo Único: os contratos poderão ser rescindidos antes do prazo estabelecido no *caput* por ato unilateral da Administração, no atendimento do interesse público e, também, no caso de realização de concurso público para o suprimento das vagas existentes.

Art. 3º. A carga horária poderá ser reduzida, de acordo com as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município, com redução proporcional de vencimentos.

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 4º. A titulação exigida é a que determina o art. 62, da Lei Federal nº 9.394, de 20.12.1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para os cargos afins.

Art. 5º. Para efeito de seleção será utilizada a classificação do profissional da educação verificada no Processo do último Concurso Público nº 001/2014, realizado no Município.

Parágrafo único: No caso de não ser possível a condição de seleção estabelecida no caput do presente artigo, esta será efetuada através de Processo Seletivo, com a divulgação de Edital nos meios de comunicação local.

Art. 6º. O Regime Jurídico que norteará as contratações será o Estatutário.

Art. 7º. A remuneração e eventuais vantagens obedecerão ao que estabelece a Lei Municipal n.º 1576/2002, de 10.04.2002, e alterações posteriores, e pela Lei Municipal n.º 1123/95, de 04.04.1995, e suas posteriores alterações.

Art. 8º. Para suporte financeiro das despesas decorrentes desta Lei, serão utilizados os recursos previstos na seguinte rubrica orçamentária da Lei de Meios:

ORGÃO:	05 – F.U	.N.D.	E.B		
ATIV/PROJ:	2028	MAN	UT. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB		
RUBRICA:	3.1.90.04	4.00	Contratação por tempo determinado	107	

Art. 9º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar através de Decreto, a suplementação da dotação orçamentária referida no art. anterior, indicando as rubricas suplementáveis e a redução correspondente.

Art. 10. As disposições da presente Lei ficam inclusas nas Leis Municipais que dispõem sobre o Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO OURO, RS, 19 DE JANEIRO DE 2015

> Benhur Francisco Vanz Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PROJETO DE LEI Nº 004/2015

São José do Ouro, RS, 19 de janeiro de 2015.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Encaminhamos a essa Casa Legislativa para apreciação e votação dos Nobres Vereadores, o Projeto de Lei nº 004/2015, tendo por finalidade a AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIA E POR PRAZO DETERMINADO Professores e Psicopedagogo, para a continuidade das ações da Secretaria Municipal de Educação do Município.

As contratações perquiridas são indispensáveis ao funcionamento do ensino fundamental. A situação atual registra a falta de professores no quadro municipal, de forma a não permitir o adequado funcionamento das escolas municipais.

Destaque-se, por imperioso, que a falta de professores, já vem de longa data, em face, especialmente, de decisão judicial que impedia o Município de realizar concurso público para o suprimento dos cargos em comento e de outros igualmente deficientes.

Ainda, com a realização do Concurso Público do Município, realizado no ano passado, por falta de candidatos e da não aprovação de candidatos, não foi possível suprir as vagas necessárias dos profissionais da educação, o que assim deverá ser realizado novo concurso público no transcorrer deste exercício.

Também, justifica-se o presente Projeto de Lei, tendo em vista a proximidade do ano letivo de 2015, onde antes de inicia-lo haverá concessões de licença maternidade de professoras e atos de concessões de outras licenças, aposentadorias e de exonerações.

Com mesmas justificativas, torna-se necessária a contratação precária para o profissional da Psicopedagogia, pelo fato do encerramento da contratação do profissional que exercia a função anteriormente, e sem as contratações dos profissionais relacionados, não será possível atender de forma adequada as atividades do ensino municipal e, por conseguinte, prestar o atendimento na área educacional esperado pela nossa comunidade.



Estado do Rio Grande do Sul

Pelas razões expostas, solicitamos seja dado o trâmite adequado ao presente projeto, em caráter de urgência, observada a convocação extraordinária em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno dessa Casa.

Atenciosamente,

Benhur Francisco Vanz Prefeito Municipal .

Ilmo. Sr.

Ver. ANTONIO CARLOS MAZUTTI

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VERADORES

Nesta cidade.



Estado do Rio Grande do Sul

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO GASTOS COM PESSOAL

Projeção de Gastos com Pessoal Contratação Emergencial Professores e Psicopedagoga

Exercício de 2015 Janeiro

<u>Objetivo</u>

Contratação emergencial de servidores para funcionalidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, diante da falta de Profissionais da Educação.

Contratação Emergencial com Servidores

CARGO	CARGO TITULAÇÃO/ ESCOLARIDADE		VENC. MENSAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DESPESA TOTAL
Professor de Português	Licenciatura Plena	01		1.065,95	22 h
Professor Ciências Licenciatura Plena		01	R\$	1.065,95	22 h
Psicopedagogo	Licenciatura Plena	01		1.120,05	20 h

DECLARAÇÃO DE DESPESAS COM RECURSOS A SEREM GASTOS COM PESSOAL

FINALIDADE: Contratação de servidores para atividades de suprir demanda na Educação do Município, em vista da inexistência de servidores para nomeação e a necessidade de atendimento da demanda.



Estado do Rio Grande do Sul

ESTIMATIVA DE GASTOS:

Discriminativo	2015	2016	2017
Gastos com a meta proposta	40.360,00	44.396,00	48.835,00
	40.360,00	44.396,00	48.395,00

ORIGEM DOS RECURSOS:

Discriminativo	2015	2016	2017
Recursos próprios			
Recursos vinculados FUNDEB	40.360,00	44.396,00	48.395,00
	40.360,00	44.396,00	48.395,00

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotação Orçamentária de gastos previstas na leide-meios em execução.

São José do Ouro RS, 19	de janeiro de 2015
	Setor de nessoal



Estado do Rio Grande do Sul

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA GASTOS COM PESSOAL

Estimativa do impacto orçamentário e financeiro para gastos com pessoal conforme Declaração de Despesa, em cumprimento ao disposto no Inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101, e, no parágrafo 1º e inciso do art. 169 da Constituição Federal, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei Diretrizes Orçamentárias, emitimos o presente parecer, considerando os dados:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FINALIDADE: Contratação de servidores para atividades de suprir demanda na SMEC, em vista da inexistência de servidores para nomeação.

Contratação Emergencial com Servidores

CARGO TITULAÇÃO/ ESCOLARIDADE		VAGAS	VENC. MENSAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DESPESA TOTAL
Professor de Português	Licenciatura Plena	01		1.065,95	22 h
Professor Ciências Licenciatura Ple		01	R\$	1.065,95	22 h
Psicopedagogo Licenciatura		01		1.120,05	20 h

JUSTIFICATIVA: Necessidade de contratação emergencial servidores, para atendimento da demanda, em vista da impossibilidade de nomeação e concessão de Licença de Servidores

RESULTADO DO IMPACTO TEMOS:

- a) Atende ao exigido pelo artigo 20, III da LC 101/2000, que o gasto com pessoal não ultrapassa a 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo da RCL.
- b) Atende ao exigido pelo artigo 22, parágrafo único da LC 101/2000, não ultrapassar os 95% do estabelecido no art. 20, inciso III, sendo 51,3% para Executivo e 5,7% para o Legislativo da RCL.



	MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO
	Estado do Rio Grande do Sul
TO COLE DO SIGNATURE OF THE PARTY OF THE PAR	

CONCLUSÃO

- 1 Obrigatoriedades Constitucionais
- (X) Atende ao inciso I do parágrafo 1º do art. 169 da CF, conforme demonstrativo apurado no impacto orçamentário.
- (X) Atende ao inciso II do parágrafo 1º do art. 169 da CF, constando a autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício.

2 – Impacto Gasto de Pessoal/Receita Corrente Líquida

- (X) Atende ao inciso III do art. 20 da LC 101/2000.
- (X) Atende ao parágrafo único do art. 22 da LC 101/2000.

3 – Impacto Orçamentário

(X) Atende ao inciso I do art. 16 da LC 101/2000.

4 – Impacto Financeiro

(X) Atende ao inciso I do art. 16 da LC 101/2000.

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

O Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento as determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, na qualidade de ordenador da despesa, e a vista da estimativa do impacto Orçamentário -Financeiro, datado de 16/01/2015, DECLARO, existir recursos para realizar o gasto, cuja despesa ocorrerá por conta da dotação orçamentária contida na Lei - de meios em execução e para os exercícios subsequentes, estando adequada a Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

			-		
Sao Jose	do Ouro	KO, I	9 de jai	nello de	2010